

CURRICULUM VITAE

I. Identificação pessoal e profissional

Nome: Luís Pedro Rocha de Lima Pinheiro

Nacionalidade e ano de nascimento: Lisboa, 1956

Morada: Rua Prof. Vieira de Almeida, n.º 1 – 1.º Esq., 1600-664 LISBOA, PORTUGAL

Telefone: 351-938458764

Correio electrónico: luisdelimapinheiro@fd.ulisboa.pt

Atividade profissional:

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Áreas de especialidade: Direito Internacional Privado (Direito de Conflitos, Direito da Competência Internacional e Direito de Reconhecimento de Decisões Estrangeiras), Direito Comercial Internacional (Direito Internacional da Empresa, Direito dos Contratos Internacionais e Direito Internacional dos Instrumentos Financeiros), Direito da Arbitragem, Direito da Internet e Direito Marítimo.

Jurisconsulto e árbitro.

II. Educação e Experiência Universitária

Licenciatura em Ciências Jurídicas, concluída em Julho de 1984, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Mestrado em Ciências Jurídicas, concluído em Janeiro de 1990, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Doutoramento em Ciências Jurídicas, concluído em Dezembro de 1997, na Faculdade de Direito de Lisboa, com distinção e louvor por unanimidade.

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo regido, no curso de licenciatura, as disciplinas de Direito Internacional Privado, Introdução ao Estudo do Direito e Direito do Comércio Internacional e, nos cursos de mestrado e doutoramento, as disciplinas de Direito Comercial Internacional, Direito Internacional Privado, Direito da Sociedade da Informação, Direito da Arbitragem e Direito Civil.

III. Experiência Profissional

Parcerística em matéria de Direito Internacional Privado, Direito Comercial Internacional, Direito da Arbitragem e Direito da Nacionalidade.

Membro da Académie internationale de droit comparé/International Academy of Comparative Law, da European Association of Private International Law, do Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional e do Instituto Brasileiro de Direito Internacional Privado.

Membro da Associação Portuguesa de Arbitragem.

Ex-Presidente da Associação Portuguesa de Arbitragem.

IV. Experiência Arbitral

Presidente de um Tribunal Arbitral em matéria de contrato internacional e Vogal de três Tribunais Arbitrais em matéria de empreitada de obras públicas.

Membro das listas de árbitros do Centro de Arbitragem Comercial, Centro de Arbitragem da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – São Paulo e Centro Concórdia.

V. Publicações e conferências em matéria arbitral ou relacionável

Contrato de Empreendimento Comum (Joint Venture) em Direito Internacional Privado, Lisboa, 1998.

“The ‘Denationalization’ of Transnational Relationships – Regulation of Transnational Relationships by Public International Law, European Community Law and Transnational Law”, in *Aufbruch nach Europa. 75 Jahre Max-Planck-Institut für Privatrecht*, 429-446, Tubinga, 2001 (com alterações não autorizadas pelo autor).

“Direito aplicável ao mérito da causa na arbitragem transnacional”, *ROA* 63 (2003) 157-210 (= in *Estudos de Direito Comercial Internacional*, vol. I, 11-61).

(Org.) *Estudos de Direito Comercial Internacional*, vol. I, Coimbra, 2004.

“Convenção de arbitragem (aspectos internos e transnacionais)”, *ROA* 64 (2004) 125-200 (=in *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, 1095-1153, Coimbra, 2006).

“O reconhecimento das decisões arbitrais ‘estrangeiras’ segundo a Convenção de Nova Iorque de 1958”, in *Cuestiones Actuales del Derecho Mercantil Internacional*, 671-697, Madrid, Editorial Colex, 2005.

Arbitragem Transnacional. A Determinação do Estatuto da Arbitragem, Coimbra, 2005.
Direito Comercial Internacional. Contratos Comerciais Internacionais. Convenção de Viena sobre a Venda Internacional de Mercadorias. Arbitragem Transnacional, Coimbra, 2005.

“O Direito autónomo do comércio internacional em transição: a adolescência de uma nova *lex mercatoria*”, in *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, vol. II, 847-886, Coimbra, 2006 (=in *Estudios sobre Contratación Internacional*, org. por Alfonso Luis Calvo Caravaca e Javier Carrascosa González, 261-299, Madrid, 2006).

Estudos de Direito Civil, Direito Comercial e Direito Comercial Internacional, Coimbra, 2006.

“Direito aplicável aos contratos celebrados através da internet”, *ROA* 66 (2006) 131-190 (= *Direito da Sociedade da Informação*, vol. VII, 363-415, Coimbra, 2008, versão castelhana em *Estudios de Deusto* 54/2 [2006] 151-198).

“Tópicos para uma reforma da lei portuguesa da arbitragem voluntária”, *Newsletter DGAE*, 7 (2006) 5-8 (=Resolução Alternativa de Litígios. II Colectânea de Textos Publicados na *Newsletter* gral, 69-78, s.l., 2008).

“Apontamento sobre a impugnação da decisão arbitral”, *ROA* 67 (2007) 1025-1039 (=in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. Intervenções*, 180-195, Coimbra, 2008).

Prefácio a Teodoro Waty, Augusto Paulino, Anselmo Samussone e Mateus Saize – *Arbitragem. Uma alternativa jurídica de composição de litígios*, Maputo, 2007.

“A arbitragem CIRDI e o regime dos contratos de Estado”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta Cunha*, vol. III, 225-245, Coimbra, 2010 (=Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação 1 (2008) 75-105).

Estudos de Direito Internacional Privado, Vol. II – Contratos, Obrigações Extracontratuais, Insolvência, Operações Bancárias, Operações sobre Instrumentos Financeiros e Reconhecimento de Decisões Estrangeiras, Coimbra, 2009.

“Portugal”, in *Guide to National Rules of Procedure for Recognition and Enforcement of New York Convention Awards*, ICC International Court of Arbitration Bulletin – 2008 Special Supplement, 242-245, Paris, 2009.

Direito Internacional Privado, vol. II – Direito de Conflitos/Parte Especial, 3.^a ed., Coimbra, 2009.

Direito Internacional Privado, vol. III – Competência Internacional e Reconhecimento de Decisões Estrangeiras, 2.^a ed., Coimbra, 2012.

“Ordem pública internacional, ordem pública transnacional e normas imperativas que reclamam aplicação ao mérito da causa”, *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação* 5 (2012) 121-148.

“Portugal”, in *ICC Guide to National Rules of Procedure for Recognition and Enforcement of Awards under the New York Convention*, ICC International Court of Arbitration Bulletin – 2012 Special Supplement, 312-315, Paris, 2013.

“O reconhecimento mútuo de decisões judiciais e extrajudiciais”, in Est. José Lebre de Freitas, vol. I, 957-975, Coimbra, 2013 (=RFDUL 52 (2011) 65-79).

“A determinação do estatuto da arbitragem transnacional pelos árbitros”, *Revista Jurídica da Universidade de Santiago* 1 (2013) 177-195.

“Temas de Direito Marítimo – III. Pactos de Jurisdição e Convenções de Arbitragem em Matéria de Transporte Marítimo de Mercadorias”, *ROA* 73 (2013) 567-594 (=in III Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo, org. por Januário da Costa Gomes, 465-490, Coimbra, 2014).

“A corrupção nos contratos comerciais internacionais – uma perspetiva de Direito material e de Direito Internacional Privado”, *Rev. da Faculdade de Direito da Universidade do Porto* 11 (2014) 179-206.

“Deslocação e retenção internacional ilícita de crianças”, in *Direito da família e dos menores: que direitos no século XXI?*, org. por Maria Eduarda Azevedo e Ana Sofia Gomes, 23-32, Lisboa, 2014.

“Reflexões sobre a governação e a regulação da internet, com especial consideração da ICANN”, in *Est. de Direito Intelectual em Homenagem de José Oliveira Ascensão*, 363-385, Coimbra, 2015.

Direito Internacional Privado, vol. II – Direito de Conflitos/Parte Especial, 4.^a ed., Coimbra, 2015.

“Reflexões sobre a governação e a regulação da internet, com especial consideração da ICANN”, in *Est. de Direito Intelectual em Homenagem de José Oliveira Ascensão*, 363-385, Coimbra, 2015.

“Corruption in International Commercial Contracts – A Portuguese Substantive and Private International Law Perspective”, in *The Impact of Corruption on International Commercial Contracts*, org. por Michael Bonell e Olaf Meyer, 267-289, Heidelberg et al., 2015.

Direito Internacional Privado, vol. II – *Direito de Conflitos/Parte Especial*, 4.^a ed., Coimbra, 2015.

“Introdução à arbitragem de investimentos no setor da energia perante as ordens jurídicas portuguesa e angolana”, *ROA* 75 (2015) 17-38.

“Temas de Direito Marítimo IV – O porto no fretamento à viagem”, *ROA* 75 (2015) 555-571.

“Exclusive jurisdiction”, in *European Commentaries on Private International Law. Brussels Ibis Regulation*, org. por Ulrich Magnus e Peter Mankowski, 558-583, Colónia, 2016.

“Reflections on Internet Governance and Regulation with Special Consideration of the ICANN”, *LSN Transnational Litigation/Arbitration, Private International Law, & Conflict of Laws eJournal*, Vol. 3 No. 41, 08/17/2016 (=CyberLaw by CIJIC 2 (junho de 2016) 41-71, também acessível em <http://papers.ssrn.com>).

“The Confluence of Transnational Rules and National Directives as the Legal Framework of Transnational Arbitration”, in *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and jurisdictions into Perspective*, org. por Dário Moura Vicente, 383-431, Leiden e Boston, 2016, e *LSN Comparative Law eJournal*, Vol. 17 No. 25, 04/19/2017 (acessível em <http://papers.ssrn.com>).

“Mecanismos de Resolução de Litígios com os Investidores nos acordos CETA e TTIP”, in *União Europeia. Reforma ou Declínio*, org. por Eduardo Pais Ferreira, 359-375, Lisboa, 2016.

“Article 19: Habitual residence”, in *European Commentaries on Private International Law. ECPIL Commentary*, vol. II - *Rome I Regulation. Commentary*, org. por Ulrich Magnus e Peter Mankowski, 799-810, Colónia, 2017.

“Algumas reflexões sobre a governação e a regulação da internet”, *CyberLaw by CIJIC* 3 (fevereiro de 2017) 136-145.

“Transnational Arbitration in Energy Law”, *LSN Transnational Litigation/Arbitration, Private International Law, & Conflict of Laws eJournal*, Vol. 4 No. 23, 04/27/2017 (= *LSN International Economic Law eJournal*, Vol. 12 No. 44, 04/26/2017, e *LSN Public International Law: Courts & Adjudication eJournal*, Vol. 4 No. 31, 04/25/2017) (acessível em <http://papers.ssrn.com>).

“Contratos celebrados através da internet – Tribunais internacionalmente competentes e Direito aplicável”, in *Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda*, 219-245, Coimbra, 2019 (= *Revista de Direito Civil* 3 (2018) 743-770).

“Law Applicable to Personal Data Protection on the Internet: Some Private International Law Issues”, *Anuario Español de Derecho Internacional Privado XVIII* (2018) 163-192 (= *LSN Transnational Litigation/Arbitration, Private International Law, & Conflict of Laws eJournal*, Vol. 6 No. 19, 04/29/2019= *LSN Cyberspace Law eJournal*, Vol. 24 No. 32, 05/06/2019, acessível em <http://papers.ssrn.com>).

Tendências de desenvolvimento no reconhecimento de decisões arbitrais ‘estrangeiras’ ao abrigo da Convenção de Nova Iorque”, *Revista da Ordem dos Advogados* 78 (2018) 213-229.

“Direito aplicável à proteção de dados pessoais na internet: alguns aspetos de Direito Internacional Privado”, *Cyberlaw by CIJIC* 7 (maio de 2019) (acessível em <http://www.cijic.org/publicacao/>).

“Article 26”, in *European Commentaries on Private International Law. ECPIL Commentary*, vol. III – *Rome II Regulation*, org. por Ulrich Magnus e Peter Mankowski, 662-675, Munique, 2019.

“O conceito de ação pendente no artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1346/2000 relativo aos processos de insolvência: comentário ao acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 6 de junho de 2018, Tarragó da Silveira, proc. C-250/17”, *Cuadernos de Derecho Transnacional* 11/1 (2019) (em co-autoria com João Gomes de Almeida, acessível em <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/4655>).

“A ordem pública internacional: hoje”, *Revista de Direito Civil* 4 (2019) 47-57. *Direito Internacional Privado*, vol. III – Tomo I – *Competência Internacional*, 3.ª ed., Lisboa, 2019.

Direito Internacional Privado, vol. III – Tomo II – *Reconhecimento de Decisões Estrangeiras*, 3.ª ed., Lisboa, 2019.

“O reconhecimento de decisões arbitrais ‘estrangeiras’ ao abrigo da Convenção de Nova Iorque – Perspetiva atual”, in *Arbitragem Comercial. Estudos Comemorativos dos 30 Anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa*, org. por António Menezes Cordeiro, 665-700, Coimbra, 2019.

“Public Policy in Private International Law”, *LSN Transnational Litigation/Arbitration, Private International Law, & Conflict of Laws eJournal*, Vol. 7 No. 8, 02/12/2020 (acessível em <http://papers.ssrn.com>).

“Report on the application of Regulation (EU) No. 1215/2012 on jurisdiction and enforcement of judgments in civil and commercial matters by Portuguese courts”, *RFDUL* 61 (2019/2) 31-59, publicado em abril de 2020 (acessível em <http://www.fd.ulisboa.pt/investigacao/producao-cientifica/revistas-cientificas/revista-da-fdul/numeros-issues/>).

Introdução e anotação aos artigos 3.º e 4.º, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, org. por António Menezes Cordeiro, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2020.

“A interpretação no Direito Internacional Privado”, *Cuadernos de Derecho Transnacional* 12/2 (2020) 496-509.

“Temas de Direito Marítimo V – Contrato de fretamento à viagem”, *ROA* 80 (2020) 667-682.

Estudos de Direito Internacional Privado, vol. III, Lisboa, AAFDL, 2021.

“O crescente recurso às plataformas eletrónicas e ao comércio eletrónico durante a pandemia”, *Boletim da Ordem dos Advogados* 31 (2021) (acessível em <https://boletim.oa.pt/o-crescente-recurso-as-plataformas-eletronicas-e-ao-comercio-eletronico-durante-a-pandemia/>).

“Smart Contracts e Direito Aplicável”, in *Discussões sobre Direito na Era Digital*, org. por Anna Carolina Pinho, 503-527, Rio de Janeiro, 2021.

“A competência do tribunal arbitral”, in *Estudos de Arbitragem em Homenagem ao Bastonário Manuel Gonçalves*, org. por Lino Diamvutu, 483-503, Coimbra, 2021 (=Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação 16 (2021) 1491-72).

Estudos de Direito Marítimo, Lisboa, 2021.

“A Adesão de Portugal à Convenção de Viena sobre a Venda Internacional de Mercadorias”, *ROA* 81 (2021) 733-753.

“O papel dos tribunais no preenchimento do conceito de ordem pública internacional”, in *Est. Comemorativos dos 30 Anos de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane*, 715-724, Lisboa, 2021.

Introdução e anotação aos artigos 3.º e 4.º, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, org. por António Menezes Cordeiro, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 2021.

“Some Reflections on the Spatial Reach of Injunctions for Privacy and Personal Data Protection on the Internet”, in *Ius Vivum: Kunst – Internationales – Persönlichkeit. Festschrift für Haimo Schack zum 70. Geburtstag*, 732-741, Tubinga, 2022.

“Portugal”, in *Public Policy and Private International Law*, org. por Olaf Meyer, 299-317, Cheltenham, UK e Northampton, MA, US, 2022.

“The Spatial Reach of Injunctions for Privacy and Personal Data Protection on the Internet Revisited”, *LSN Cyberspace Law eJournal*, Vol. 27 No. 81, 10/10/2022 (=LSN Comparative Law eJournal, Vol. 22 No. 64, 10/11/2022, *LSN Transnational Litigation/Arbitration, Private International Law, & Conflict of Laws eJournal*, Vol. 9 No. 52, 10/11/2022 e *LSN Public International Law: Courts & Adjudication eJournal*, Vol. 9 No. 57, 10/11/2022)(acessível em <http://papers.ssrn.com>).

Introdução e anotação aos artigos 3.º e 4.º, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, org. por António Menezes Cordeiro, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.

“Exclusive jurisdictions”, in *European Commentaries on Private International Law. Brussels Ibis Regulation*, org. por Ulrich Magnus e Peter Mankowski, 2.ª ed., 557-579, Colónia, 2023.

Direito Internacional Privado, vol. II – *Direito de Conflitos/Parte Especial*, tomo I – *Introdução, Pessoas Singulares e Coletivas e Princípios Gerais de Direito dos Estrangeiros*, 5.^a ed., Lisboa, 2023.

“Adaptação”, “Contratos de Estado”, “Direito Internacional Privado”, “Lex Mercatoria”, “Questão prévia” e “Relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, org. por Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aiz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casella, Alfragide (Portugal), 2023.

“Laws Applicable to International Smart Contracts and Decentralized Autonomous Organizations (DAOS)”, *LSN Comparative Law eJournal*, Vol. 22 No. 121, 06/13/2023(= *Transnational Litigation/ Arbitration, Private International Law, & Conflict of Laws eJournal*, Vol 9 No.80 6/13/2023), *Law & Society: Private Law - Contracts eJournal*, Vol 8 No. 18 6/12/2023, *International Journal of Cryptocurrency Research* 3/1 (2023) 16-39 (acessível em <http://papers.ssrn.com>).

“Direito aplicável, equidade e composição amigável na arbitragem”, in *Homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão. RFDUL* 64 (2023) 1427-1448.

“Regulamento Roma I: Contratos Celebrados com Consumidores”, in *Estudos de Direito do Consumo*, org. por Rui de Mascarenhas Ataíde, Francisco Rodrigues Rocha e Vítor Palmela Fidalgo, vol. IV, 49-67, Coimbra, 2023.

Direito Internacional Privado, vol. II – *Direito de Conflitos/Parte Especial*, tomo II – *Negócio Jurídico, Obrigações, Direitos Reais, Insolvência, Direitos de Propriedade Intelectual, Relações de Família, Sucessões e Arbitragem Transnacional*, 5.^a ed., Lisboa, 2023.

“A responsabilidade civil contratual e o Regulamento Roma I”, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Maria da Glória Garcia*, vol. II, 1497-1514, Lisboa, 2023.

Comunicações em múltiplas conferências sobre temas arbitrais ou relacionáveis com a arbitragem em Lisboa, Porto, Brasília, Maputo, Praia (Cabo Verde), Bissau, Goa, Macau, Washington, Hamburgo e Viena.

VI. Idiomas profissionais

Compreende, além do português, o inglês, o francês, o castelhano, o alemão e o italiano.

Fala em português, inglês e francês.

Redige em português e inglês.

Lisboa, 15 de janeiro de 2024